

O Desenvolvimento Regional no contexto do projeto estruturador Rota da Grutas de Peter Lund – Minas Gerais/Brasil.

Regional Development in the context of the Peter Lund Caves Route - Minas Gerais/ Brazil structuring project.

ANA OLIVEIRA * [anapaulagsantos@yahoo.com.br]

Resumo | Este estudo resulta de parte uma tese de doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo foi compreender o processo de implementação da política de regionalização do turismo na região do Circuito Turístico das Grutas, e sua relação com o projeto estruturador do turismo mineiro Rota das Grutas de *Peter Lund*. Consiste em uma análise documental envolvendo planos, projetos e atas de reunião do circuito, e uma entrevista semiestruturada. A partir da revisão teórica, estabeleceu-se três categorias de análise – território/ articulação regional e mudança política e social. Os resultados evidenciam que durante os dez (10) anos analisados, houve um intenso processo de organização e reorganização na forma de planejar e gerir o turismo na região. As informações obtidas, apontam que a implementação da política de regionalização, quando relacionada ao programa de roteirização, Roteiros do Brasil, na região composta pela Associação do Circuito Turístico das Grutas, e notadamente no projeto Rota das Grutas de Peter Lund, passa a adotar outra orientação distinta daquela cunhada pela política, ou seja, assume uma orientação *top-down*, e não *bottom-up*. Nesse caso, a análise do desenvolvimento regional do turismo, evidencia um enfraquecimento, principalmente nos aspectos articulação regional, e transformação política e social.

Palavras-chave | Turismo, desenvolvimento regional, política

Abstract | The study resulted in part from a doctoral thesis from the Interdisciplinary Postgraduate Program in Leisure Studies at the Federal University of Minas Gerais. The objective was to comprehend the process of implementing the policy of regionalizing tourism in the Cave Tourist Circuit area and its relationship to the RGPL. It consists of an analysis of documents involving plans, projects and meetings related to the circuit, as well as a semistructured interview. Three categories of analysis were created based on theoretical review: territory/regional articulation and political and social change. The results showed that there was an intense process of organization and reorganization in terms of planning and management of tourism in the region during the 9 years that were analyzed. The information collected points to the fact that the implementation of the regionalization policy, when related to the routing

* **Doutoranda** em Estudos Interdisciplinares do Lazer/ Linha: Lazer e sociedade/ Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. Profa. Adjunta do Instituto de Geociências/ Curso de Turismo/ Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG

program, Roteiros do Brasil, in the region comprising the Association of the Cave Tourism Circuit, and notably, the Peter Lund Cave Route, adopts a different orientation from that created by the policy: top-down and not bottom-up. In this case, the analysis of regional development shows the weakening of regional articulation and political and social transformation.

Keywords | Tourism, regional development, policy

1. Introdução

As estatísticas e previsões que destacam o crescimento exponencial do turismo têm sido frequentemente empregadas pelos governos para justificar e sustentar a elaboração de políticas, programas e planos de desenvolvimento destinados a área. Contudo, a concepção de turismo atrelado apenas em estatísticas, e puramente associada à dimensão econômica, já não é mais capaz de sustentar pesquisas e o desenvolvimento do turismo na contemporaneidade.

Essa associação, que se fundamenta nos preceitos do industrialismo, da teoria da modernização, e conseqüentemente, em um turismo que se produz e é consumido em massa, sem autocritica, demandando cada vez mais recursos, e transformando tudo em mercadoria, é um modelo posto em cheque na atualidade. Esse modelo vem apresentando sinais de que não é mais viável (Panosso Netto & Nechar, 2016). Por isso, torna-se imprescindível refletir sobre o turismo como um fenômeno social complexo.

Este trabalho faz uso de três conceitos centrais - lazer, turismo e desenvolvimento regional. O ponto de partida, é a confluência entre eles, ou seja, a natureza interdisciplinar. Por isso, é pertinente dizer que o lazer e o turismo são fenômenos associados a dimensão da vida. Envolve várias outras dimensões que não só a econômica. Desse modo, analisar o desenvolvimento desses, por meio de apenas uma dimensão, revela-se insuficiente, dada a complexidade de relações que estabelecem, permitindo questionar: Como se articu-

lam as múltiplas relações entre o turismo, o lazer e o desenvolvimento regional, na implementação do programa de regionalização, de modo mais específico, no Projeto Estruturante do Turismo Mineiro, Rota das Grutas de Peter Lund (RGPL)?

O Estado declara, no documento - A construção do Projeto Estratégico Rota das Grutas de Lund: Planejamento e Cooperação na Administração Pública Estadual - que esse projeto foi elaborado a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar, e representa uma de suas ações em direção ao desenvolvimento da Região Carste, localizada ao norte de Belo Horizonte. Envolve cinco municípios: Belo Horizonte, Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Cordisburgo.

A rota é, portanto, uma ação do estado de Minas Gerais, derivada da política de regionalização do turismo brasileiro, que aponta para a consolidação de novos roteiros, que possam se tornar produtos turísticos rentáveis, e competitivos nos mercados nacional e internacional.

O objetivo deste artigo, que resulta de parte de uma tese do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, foi compreender o processo de implementação da política de regionalização do turismo na região do Circuito da Grutas, sua interação com o projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund e o desenvolvimento regional.

2. Contextualização teórica

2.1. As interações entre o lazer e turismo

Considera-se que o lazer é um fenômeno social, político, cultural, e também econômico. É dialético e complexo, e por isso, permeado por ambiguidades, contradições, conflitos e tensões. É uma expressão da sociedade, portanto, localizado historicamente no tempo e no espaço. Complementarmente, em uma visão que pretende ir além da eurocêntrica, e que reforça um ponto de vista hegemônico – fortemente associado à modernidade e à sociedade urbano-industrial –, em estudos mais recentes, com os quais se coaduna, o lazer é compreendido como uma dimensão da cultura, constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo-espaço social (Gomes, 2011, 2014).

Definido pela Constituição Federal de 1988 e amplamente difundido na produção bibliográfica, é, também, um direito social (Gomes & Isayama, 2015), e, por isso, envolve a noção de dever e compromisso. O dever do poder público de direcionar atenção e esforços a essa área, e o compromisso de todos para entendê-lo como veículo de transformação da sociedade, e não apenas como um contraponto ao trabalho, um divertimento, ou até mesmo como uma fonte de alienação.

O turismo, por sua vez, é um fenômeno estruturado na modernidade, e frequentemente concebido como uma atividade econômica voltada para a reprodução da lógica de acumulação do capital, apropriação das localidades e suas culturas e, desse modo, fortemente ligado à dimensão econômica. Contudo, assim como o lazer, o turismo é declarado pela Organização Mundial de Turismo, em diversos artigos do Código de Ética do Turismo, de 1999, como um direito de todos os habitantes do planeta.

Estudos recentes apontam que ele deve ser concebido como um fenômeno social, situado no campo das práticas sociais. Esse entendimento,

compartilhado por este estudo, insere questões sociais no âmago dos processos de análise. Desse modo, considera-se que o turismo “implica em processo de contradição na relação entre seus atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva” (Carvalho & Moesch, 2013, p.449).

O contexto apresentado permite dizer que o lazer e o turismo são fenômenos que se situam no campo das práticas sociais como direitos de cidadania, envolvendo várias outras dimensões que não só a econômica. Por essa razão, analisar o desenvolvimento destes por meio de apenas uma perspectiva, seria um exercício parcial e limitado dada a complexidade de relações que estabelecem.

2.2. O desenvolvimento regional do lazer e do turismo

O desenvolvimento regional do lazer e do turismo deriva das práxis sociais coletivas, em uma relação dialógica no tempo/espaço, requerendo uma abordagem mais humanizada e endógena (Oliveira & Gomes, 2016). Logo, requer uma orientação para necessidades, que não sejam apenas as do mercado, harmonia com a natureza, autoconfiança, e abertura para mudança institucional. Requer do mesmo modo, a desvinculação da percepção do turismo como indústria. Significa atribuir valor diferente a ele, e tentar frear a velocidade que aliena. Destarte, denota mudar toda uma atribuição de significados para o turismo e para o lazer, ou seja, mudança de postura.

Por isso, é necessário promover análises e realizar projetos que extrapolem a dimensão econômica e incluam outras. Destacam-se então, as dimensões social, cultural e a ambiental, e preferencialmente, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo destas, seria superar o conformismo e promover o engajamento social e político, respeitando a identidade dos residentes nos locais turísticos, bem como a dos turistas.

Demanda, igualmente, entender que a inclusão

dessas variáveis devendo perseguir outro objetivo, distinto daquele que legitima o capital e o industrialismo. Carece servir de base para a construção de modelos de desenvolvimento pautados nas especificidades do local, e nas pessoas por meio da participação e da democracia, em detrimento à reprodução de modelos previamente determinados.

Sob esse olhar, as políticas de desenvolvimento regional do lazer e do turismo precisam ser elaboradas e implementadas não como prática de controle social, mas sim, como um meio de valorização do local. Isso só será possível por meio de práticas que fortaleçam e qualifiquem as estruturas internas, em um processo de integração e de visão mais humanista, deslocando para as pessoas a centralidade do processo. Devem considerá-los como fator de transformação social intimamente ligado à dimensão da vida, e aos valores de sociabilidade, cooperação e associativismo (Oliveira & Gomes, 2016). Logo, a fruição desse desenvolvimento requer um processo de mudança e flexibilidade pautado no tripé: território, articulação regional e transformação política e social (Coriolano & Vasconcelos, 2013).

Duas concepções de desenvolvimento regional do lazer podem ser destacadas. Uma que o considera como fator de transformação social intimamente ligado à dimensão da vida (Marcelino, 2002; Müller, 2002), destacando-o como um indicador de desenvolvimento humano. E outra que o reconhece como atividade interdisciplinar a ser desenvolvida de modo integrado e articulado entre as diversas instâncias de governo e instituições privadas (Müller, 2002). Sob um enfoque agregador, essas duas concepções, que são complementares, deveriam ser integradas em uma única, pois, em si tratando de fenômenos sociais, complexos e interdisciplinares, a escolha entre uma ou outra, certamente incorrerá em exercícios parciais de análise, e, portanto, não serão capazes de abarcar os fenômenos como um todo. Feito essa interpretação, esse estudo está estruturado a partir da agregação das duas concepções descritas, atribuindo peso igual a

ambas ao estabelecer as análises necessárias.

3. Metodologia

O estudo de caso de natureza qualitativa foi a estratégia empregada para a realização dessa pesquisa. Entendendo que uma pesquisa qualitativa “visa abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializadas de pesquisa como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes” (Flick, 2009, p.8).

Duas técnicas foram empregadas para a coleta de informações: a pesquisa documental, e entrevista semiestruturada. Foram analisadas as cartilhas do programa de regionalização do turismo, o projeto de implantação da rota e as atas das reuniões do Circuito das Grutas.

O recorte temporal corresponde a um período de 10 anos (1999 a 2008), visando compreender o processo de implementação da política de regionalização do turismo no circuito, e as ações relacionadas ao desenvolvimento regional deste.

Para compreender a interação entre a política e projeto, foi entrevistado o paleontólogo e professor idealizador do projeto intitulado por ele - Linha Lund, posteriormente denominado Rota das Grutas de Lund. Com ele, pretendeu-se levantar as motivações e interesses ao propor esse projeto, e sua avaliação acerca das ações que veem sendo desenvolvidas no âmbito RGPL.

A apreciação das informações se deu por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), a partir de três categorias centrais: Território/ articulação regional/ transformação política social.

4. Resultados

4.1. Da política de regionalização ao projeto Rota das Grutas de Peter Lund

A política de turismo brasileira está estruturada a partir de um processo de regionalização. Para isso, o estado criou o programa de Regionalização, que consiste em uma estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores, com o alcance de objetivos em curto, médio e longo prazos. No entanto, diferentemente da concepção expressa na política, entende-se a geopolítica como um campo de conhecimento multidisciplinar, que congrega as ciências sociais e humanas, e se dedica ao estudo das relações existentes entre os estados e sua política, a sociedade, a cultura e o meio ambiente.

Em Minas Gerais/ Brasil, a política é nomeada como Circuitos Turísticos. A organização atual compreende 11 regiões, sendo elas: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Rio Doce. No ano de 2016, 46 circuitos haviam sido instituídos.

O foco desta pesquisa é o Circuito Turístico das Grutas, localizado na região central do estado de Minas Gerais, e no projeto estruturador “Rota das Grutas de Peter Lund (RGPL)”. Para o estado, ele foi elaborado a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar e representa uma de suas ações em direção ao desenvolvimento da Região Carste, localizada ao norte de Belo Horizonte. Essa região é rica em calcário, um tipo de rocha solúvel, que por meio da ação da água, dá origem a uma série de feições típicas tais como dolinas (depressões fechadas), sumidouros, ressurgências e, principalmente, cavernas. Proporciona um notável valor científico e cultural, expondo alguns dos mais ricos acervos arqueológicos e paleontológicos do planeta.

A primeira ação para coleta dos dados empí-

ricos, consistiu em identificar, e organizar por períodos, as atas de reunião do Circuito Turístico. As informações obtidas permitem identificar alguns temas centrais: Organização interna: estatuto, regimento, atuação dos membros, dificuldade financeira e os problemas decorrentes; Articulação: não somente entre os membros que integram o Circuito, mas também com os órgãos correlatos; Ações relativas à implementação e desenvolvimento da política de regionalização; A preocupação com o meio ambiente, e a cultura; Ações voltadas para a qualificação profissional, e comunidade local.

O estudo desse período possibilita visualizar o desenho da política de regionalização se materializando no tempo e no espaço, bem como o empirismo presente na mesma. As ações parecem que foram sendo desenvolvidas sem uma orientação definida. Aparentemente, os ajustes foram ocorrendo à medida em que as dúvidas ou dificuldades surgiam. Apreende-se, que parte considerável das normativas referente à estruturação, gestão e repasse de recursos para o circuito só ocorreram posteriormente. Essa percepção evidencia que a política estava sendo implementada por meio de uma relação de tentativa e erro. A ideia de regionalização não estava clara, pelo menos para os participantes do circuito, e destacadamente para os municípios, ou seja, a instância local. Contudo, são observadas informações consistentes sobre as tentativas de constituir arranjos institucionais, e principalmente, sobre a influência da política de regionalização em seus quatro níveis, o federal, o estadual, o regional e o local.

O lazer não aparece de modo explícito nesse período. Entretanto, pode-se perceber sua presença. Foram localizados registros que abordam a construção de parques, de museus, de organização de apresentações culturais direcionadas à população local, entre outros, desde o início das atividades do circuito.

Os anos de 1999 a 2006 as informações levantadas evidenciam as dificuldades de articulação en-

tre as instâncias regionais e locais, principalmente, as financeiras para a implementação da política. Demonstram que as instâncias locais, dado suas necessidades, como por exemplo de infraestrutura, e também o pouco entendimento os processos e benefícios da política, tinham dificuldade para participar da mesma. Ainda assim, foi possível identificar ações direcionadas à obtenção de recursos visando a implantação dos projetos, principalmente na esfera regional.

Ao olhar para a interdisciplinaridade das políticas públicas, as informações revelam que estavam sendo elaboradas diversas outras políticas, como por exemplo aquelas relacionadas à gestão dos recursos naturais, destacadamente a exigência de plano de manejo para as grutas abertas à visitação. Percebe-se também, que o circuito fez uso de recursos oriundos da Lei Rouanet de incentivo à cultura, para executar alguns de seus projetos.

Por outro lado, percebe-se, a partir do ano de 2006, ações para o fortalecimento do Programa de Regionalização, sobretudo, daquelas em direção ao processo de Roteirização. Logo no início do ano de 2007, é declarado o novo entendimento da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG) para os circuitos turísticos - ata de 14/02/2007. Esse estaria relacionado à composição dos circuitos, e à participação dos municípios, não mais permitindo a adesão em mais de uma associação. Essa mesma ata, reafirma o interesse da SETUR/MG pela Associação do Circuito Turístico das Grutas (ACTG) para os próximos 4 anos, relacionando dessa maneira, a atuação da secretaria a uma gestão completa de governo. Por outro lado, embora a associação tivesse clareza desse interesse, havia também, uma percepção de que “a SETUR/MG deveria dar condições aos circuitos para desenvolver suas ações, porque praticamente não há apoio do governo” (Livro de atas N2 14/02/2007, p.s/n). O apoio questionado se refere, no contexto das atas, aos recursos necessários para atuação da associação. Desse modo, evidencia, novamente, que a política em processo

de implementação, tinha como um de seus gargalos a dotação de recursos financeiros para executar as ações necessárias.

Foram realçados, nesse período, esforços por parte da SETUR/MG e MTUR, para dotar os circuitos de capacidade e conhecimento técnico para implementar o programa de regionalização, e, principalmente, a criação de roteiros, atendendo a orientação do programa.

Ao final de 2007, percebe-se nos registros, discussões sobre o roteiro “Caminhos de Lund”, posteriormente declarado com prioritário pela SETUR/MG - ata de 23/11/07. Esse registro gera uma surpresa já que, até então, acreditava-se que sua procedência fosse outra, e levanta um questionamento: qual a origem da atual Rota das Grutas de Peter Lund - RGPL?

Esse questionamento se intensifica no decorrer do ano de 2008. Na primeira reunião daquele ano, o projeto Linha Lund foi alvo de discussões que demonstram dois pontos específicos. O primeiro deles, que corresponde a uma interpretação dos registros das atas, foi possível perceber que o projeto havia sido elaborado sem a participação dos atores locais, de modo mais específico, os integrantes da instância do governança local, e consequentemente, os gestores municipais de cada uma das cidades participantes, contrariando assim, a lógica da descentralização e do próprio processo de regionalização. O segundo, registra o interesse da associação na aproximação com os proponentes do projeto, e, portanto, reafirma o distanciamento observado.

Na ata de 11/01/2008 são declarados duas intensões a esse respeito. A primeira delas se refere à “aproximação com os responsáveis pelo projeto LINHA LUND para buscar compartilhamento de ações neste projeto das cidades irmãs Lagoa Santa/ Copenhague”, e também “agendamento de reunião com representantes do IEF – Instituto Estadual de Florestas, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico

e histórico Nacional, e Ministério Público para alinhamento de ações e informações” (Livro de atas Nº 2, s/p.). Essa informação, demonstra a inter-setorialidade do projeto, bem como na gestão do próprio circuito, e do turismo, configurando a interdisciplinaridade observada.

É pertinente destacar que os primeiros registros escritos do projeto, cedidos pelo próprio autor, datam de 7 de janeiro, porém sem especificação do ano. Outro manuscrito, datado de 15 de janeiro de 2008, apresenta o esboço do projeto Linha Lund. Portanto, diante do estranhamento destacado anteriormente, e o estabelecimento de relações entre as atas e os manuscritos, são percebidas pistas que revelam que esse surge a partir de uma orientação *top-down* e não *bottom-up* como se pretende no processo de regionalização. Alguns trechos da fala do proponente parecem confirmar essa percepção.

Eu fui com o governo do estado. O Aécio apoiou, o Zé Carlos deslanchou, mas veio depois e trocou de responsável, e claro eles não tinham operacionalidade, dependiam de falar aqui, falar acolá, falar não sei o que. Quer dizer, as traves, então não foi pra frente.

Não, esse circuito das grutas eu não sei quem é, um troco aí que foi surgindo, eu não sei como é. Só na minha cabeça. Peguei um dia o carro e fui fazendo o percurso. Aí, eliminei certas coisas porque é impossível, quer dizer, imaginei um turismo que tivesse retorno de grana” (E1).

Em 13/02/2008, três informações distintas evidenciam outras pistas que podem justificar essa percepção. A primeira delas destaca a visita do embaixador da Dinamarca na região (Lund era dinamarquês), e a intensão da ACTG de apresentar seu plano estratégico. Outra, corresponde à realização de um FAMPRESS, organizado pela SE-

TUR/MG, para jornalistas portugueses. Sobre esse segundo ponto, foi identificado registro em ata, questionamento sobre a vinda desses profissionais, e o motivo pelo qual eles não visitaram os estabelecimentos do circuito. Acrescenta-se o estranhamento de a Associação do Circuito das Grutas não ter sido comunicada com antecedência, além da ausência de identificação do Circuito Turístico no material distribuído a eles.

As duas ações destacadas foram desenvolvidas pelo estado, sem o envolvimento dos atores regionais e locais. A terceira delas, e que é provável que tenha sido o principal motivo da visita dos jornalistas, é o registro da inauguração do voo da TAP linhas aéreas no aeroporto de Confins. Essa última, por sua vez, pode ser associada às ações em direção ao vetor norte de Belo Horizonte, e, portanto, de interesse do estado. Logo, é possível associar o empenho do governo na região que abriga a rota, dada a proximidade geográfica com as ações que estavam sendo desenvolvidas em outras áreas, destacadamente àquelas oriundas do plano de desenvolvimento do vetor norte.

De modo específico, a roteirização na região parece ser expressa, nesse momento, pelo projeto Caminhos de Lund, que se desenhava, em outra secretaria, e com atuação ainda tímida da SE-TUR/MG. Entretanto, sua origem não é esclarecida no conteúdo das atas. Ele está presente em 5 registros. Embora pareça ser o projeto de maior prioridade para a secretaria de estado, envolvendo a região, o circuito também desenvolvia seus roteiros, dentre eles, Caminhos de Luz, e Monumento Peter Lund.

Ao correlacionar o ano de 2007, sobretudo no que se refere as discussões que encerram o período, com aquelas que iniciam e encerram o ano de 2008, são evidenciados outros elementos que reafirmam a orientação *top-down*, que se revelava no processo de implementação da política, e de maneira mais específica, do projeto Caminhos de Lund. Em algumas atas, percebe-se que o estado estava atuando no fomento do mesmo, seja por

meio de liberação de recursos para o circuito – R\$ 150 mil, bem como para o município de Lagoa Santa R\$ 500 Mil (Ata 04/09/2008). Contudo, havia uma exigência para usufruir dessa verba, ou seja, seria necessário uma contrapartida de 30% do valor do recurso por parte do circuito ou dos municípios. Outro registro que evidencia a orientação identificada, pode ser atribuída a participação da SETUR/MG, na pessoa da superintendente de políticas públicas, para contornar um conflito interno (Ata 18/09/2008).

Essa mesma ata destaca o projeto da seguinte maneira:

Projeto Caminhos de Lund – Na Rota dos Primeiros Americanos – Uma estrada parque que ligará Cordisburgo a

Lagoa Santa passando por Jequitibá, Sete Lagoas, Funilândia, Matozinhos, Pedro Leopoldo ao longo do Rio das Velhas. Os caminhos utilizados na região desde a pré-história serão estudados e interpretados a partir de um estado realizado por equipe multidisciplinar que conhece a região. (Vide Figura 1).

Percebe-se nesse destaque, que esse projeto congregava vários outros municípios que não somente os que, atualmente compõem a rota, bem como aqueles que compunham o projeto Linha Lund (Figuras 1 e 2), e dessa maneira, representava de modo mais amplo o circuito.

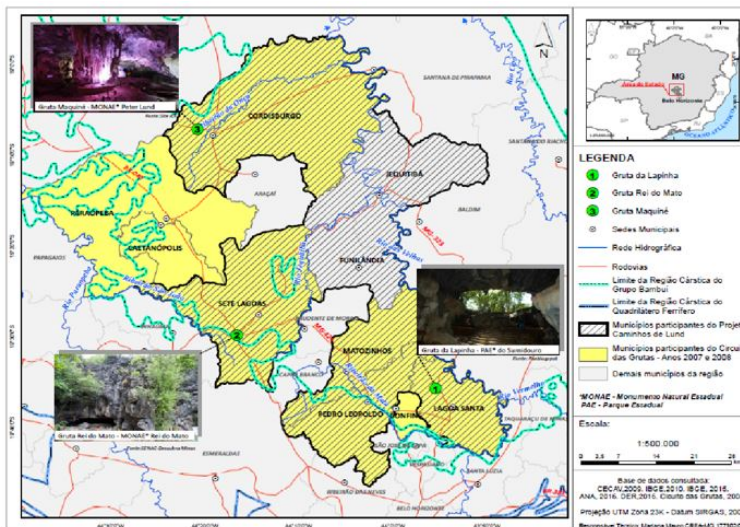


Figura 1 | Mapa região do Circuito das Grutas e projeto Caminhos de Lund.
Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Na Figura 1, é possível observar os limites da região cárstica, principal característica física da região, e que do ponto de vista da regionalização, define os atributos para agrupamento dos municípios. Demonstra igualmente, que no projeto Caminho de Lund, assim como no Linha Lund (Figura 2), as três grutas abertas à visitação são consideradas atrativos âncora. Por outro lado, nenhum dos dois projetos deixam claro como será a integração

de todos os municípios participantes da ACTG naquele ano.

Por outro lado, ao comparar as cidades que compõem cada um dos projetos, percebe-se uma ligeira distinção entre eles. Os registros encontrados no manuscrito elaborado pelo proponente do projeto Linha Lund (Figura 2), congregava as cidades de: Belo Horizonte (Museu da PUC); Lagoa Santa; Pedro Leopoldo; Matozinhos; Sete Lagoas

(Manuscrito 15/01/2008) - diferentemente do projeto Caminhos de Lund (Figura 1). Desse modo, parece que naquele momento, várias eram as propostas de projetos envolvendo a pessoa de Lund, mas elas estavam ocorrendo paralelamente. Por isso, alguns questionamentos foram apresentados pelos integrantes do circuito, como destacados a seguir:

Fulano disse que tem dúvidas por causa do projeto Linha Lund e se realmente terá apoio do governo. De acordo com Ciclano, o projeto terá sim a participação do governo e que não há preocupações com a Linha Lund porque os dois projetos se complementam (Ata 04/09/2008).

há a possibilidade do projeto ser alinhado a Linha Lund e se aprovado poderá receber verba ainda neste ano. disse que é preciso estar muito claro todos os detalhamentos do projeto.

Há dúvidas por exemplo de quem é o responsável pelo projeto, se é do presidente, da associação do Circuito das Grutas. Também não se sabe ainda a origem dos recursos e nem mesmo quem o receberá. (...). Também disse que poucas pessoas sabem realmente do que se trata o projeto, se todos não tiverem informações seguras e completas não será possível o envolvimento e participação adequada. (Ata 12/11/2008).

Falta explicar como está realmente a situação da viabilidade do projeto, ou seja, não se sabe até o momento o orçamento, quem é o responsável pelo projeto, quem são todos os envolvidos e se haverá uma ligação do Caminhos de Lund com o Linha Lund (Ata 19/11/2008).

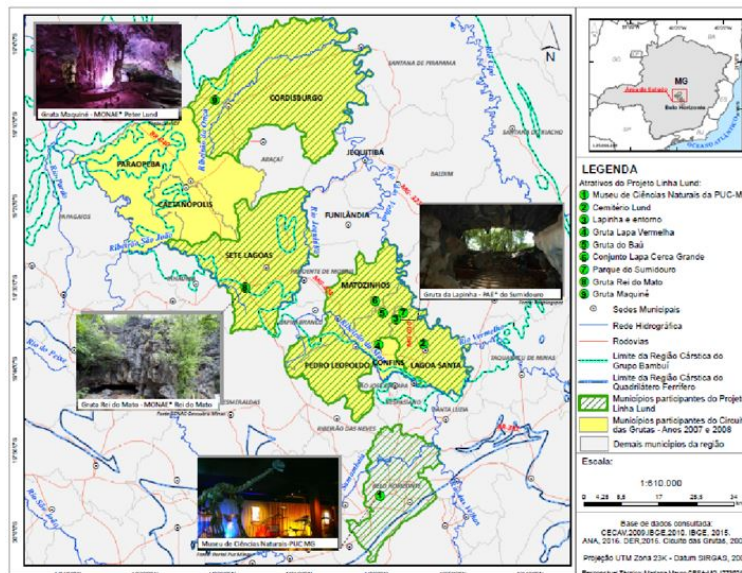


Figura 2 | Mapa da região do Circuito das Grutas e projeto Linha Lund
Fonte: Oliveira, 2016..

O período que compreende as análises, registra algumas informações importantes sobre o processo

de implementação da política de regionalização no contexto do Circuito Turístico das Grutas. As in-

formações revelam a ocorrência de diversas etapas tais como as de sensibilização; Mobilização; Institucionalização de Instância de Governança Regional, entre outras, e parecem corresponder ao plano da secretaria de turismo de Minas Gerais. Esse plano corresponde à dois caminhos distintos, um que seria a implementação da política de regionalização propriamente dita, e outra que corresponde ao projeto denominado atualmente de Rota das Grutas de Peter Lund, que no período analisado ainda não possuía esse nome. Esse segundo, como dito anteriormente, apresenta uma estrutura *top-down* e não *bottom-up*, mas ainda assim, tem sido bem aceito pela associação dos municípios.

5. Considerações finais

O período analisado, permitiu entender como se deu o processo de implementação da Política de Regionalização na região compreendida pela Associação do Circuito Turístico das Grutas. Nessa região, os registros de formação da ACTG, antecedem às políticas atuais – federal e estadual, revelando traços da antiga Política Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), e, portanto, uma certa continuidade e evolução da política de turismo brasileira.

Foi possível perceber a existência da relação dialógica no tempo/espaço, de natureza endógena, conforme apontam Oliveira e Gomes, 2016, destacadamente no momento inicial, cujas discussões versavam sobre a proteção do meio ambiente, da cultura local, e também, a melhoria da qualidade de vida da população residente. No entanto, em outra direção, as informações contidas nos registros das atas de reunião da ACTG, demonstram que o entendimento acerca do turismo oscila, ora se aproximando de uma abordagem mais humanizadora, e voltada para o ambiente interno, ora em uma abordagem puramente mercadológica, ou até mesmo burocrática, limitando o desenvolvimento das ações da associação, e o desenvolvimento da

região.

Percebe-se que há limitações, destacadamente de cunho financeiro, de articulação com as instâncias locais, bem como com os integrantes do próprio circuito. Foi evidenciada a natureza interdisciplinar e interinstitucional, características marcantes do turismo, sobretudo quando reconhecido como um fenômeno social complexo, e associado ao processo de desenvolvimento.

Foram identificadas outras políticas, destacadamente as de natureza ambiental. Elas exerceram e continuam a exercer, importante papel na proteção da região cárstica, principal característica de homogeneização para os municípios que compõem o circuito demonstrados nas figuras 1 e 2.

Por outro lado, entendendo o desenvolvimento regional como um processo de expansão de liberdades individuais e grupais (Sen, 2000), estabelecido em um dado território, nesse caso na região que compreende a ACTG, no que tange à participação social no processo de tomada de decisões, a associação dos municípios, tem tentando fortalecer esse ponto, contudo, ele ainda é fraco. Foi observado que se restringe à participação dos membros em ações que, em sua maioria, são originadas por demandas externas, tais como as exigências ambientais, manutenção do selo circuito turístico (exigência da política), ou demanda específica da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Contrariando as ações de natureza endógena presentes principalmente no início da ACTG.

Não foi possível identificar, nas atas, nem na entrevista realizada, informações que indicassem o “empoderamento das populações locais/regionais, acessibilidade plena a políticas e programas, por conseguinte, aos serviços que garantam o suprimento pleno das necessidades básicas e vitais dos indivíduos” (Figueiredo, Azevedo & Nóbrega, 2015). No entanto, percebe-se que melhorias foram alcançadas, tais como, na infraestrutura de acesso, ainda que não seja a ideal, na estrutura de receptivo, sobretudo nas atuais unidades de conservação que abrigam as grutas, e das políticas

municipais de turismo.

No que tange ao lazer, os dados coletados não permitiram uma análise mais apurada sobre a influência da política e dos projetos especificamente sobre esse tema.

Desse modo, as informações analisadas evidenciam a influência da política de regionalização do turismo brasileira, das mudanças das políticas ambientais na gestão do território, o surgimento do projeto RGPL, como ações voltadas para organização do turismo na região. No que tange aos direitos de cidadania destacados por Oliveira e Gomes, 2016, algumas ações foram encontradas, destacadamente aquelas destinadas ao processo de educação pelo turismo, bem como ações de qualificação profissional. Por outro lado, a cidadania como participação e dever dos sujeitos ainda é restrita.

Percebe-se melhoria no engajamento de alguns municípios em prol do turismo e da região. Entretanto, os documentos analisados evidenciam a ausência de linearidade na articulação regional, e no processo de endogenia.

No que tange à transformação política social, as informações demonstram que ainda há dificuldades de entendimento e valorização do turismo, bem como da política, por parte de alguns gestores públicos. Isso suscita retrocessos na atuação da ACTG, exigindo a retornada de ações elementares e básicas, como a conscientização de prefeitos, por exemplo. Essa dificuldade, limita o desenvolvimento da associação, da participação social, do turismo e da região.

Ao considerar que centralidade do desenvolvimento regional do lazer e do turismo está intimamente relacionado às práxis sociais coletivas, e ao desenvolvimento social e humano, sem desconsiderar o econômico, percebe-se que a conjunção de projetos oriundos de naturezas distintas, bem como sem o devido envolvimento da comunidade local, ainda que considerem características dos territórios, devem dar lugar a outras formas de organização. Logo, para que se possa articular uma mudança de conduta, e desvincular o entendimento de

que o estado deve ser aquele que determina o que fazer, é necessário que sejam criados mecanismos que possam estimular as instâncias locais e regionais a atuarem de modo mais profícuo, sinérgico e articulado no planejamento e implementação dessa política.

Referências

- Bardim, L. (2001) *Análise de conteúdo*. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Edições 70.
- Brasil, Ministério do Turismo (2003). *Plano Nacional de Turismo 2003/2007: diretrizes, metas e programas*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo (2004). *Diretrizes Operacionais: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo (2004). *Diretrizes Políticas: Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo (2007) *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo (2013). *Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Carvalho, M.S; Moesch, M.M. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, v.6, n.2, Mai/jul, 2013. p.442-457.
- Coriolano, L. N. & Vasconcelos, F. P. (2014). Lazer e Turismo: Novas centralidades da sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Vol.1 nº 2. Belo Horizonte, 2014, p.3-22. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/773/637>. Acesso em: 07/04/2016.
- Figueiredo, S.L., Azevedo, F.F. & Wilker, R. M. N (org.) (2015). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA.
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Ed. Porto Alegre: Atimed.
- Gomes, C. L. (2011). *Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento*. Disponível em www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N03_ar1.pdf, 2011.

- Gomes, C. L. (2014) Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira do Lazer*. Belo Horizonte, v.1 n.1, p. 3-20, jan/out. 2014.
- Gomes, C. L. & Isayama, H. F. (2015, orgs.) *O Direito Social ao Lazer no Brasil*. Ed. Autores associados. São Paulo: Campinas.
- Marcellino, N. C. (2002) Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, A. DaCASTA. L.P. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Müller, A. DaCasta. L.P (2002 Orgs). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Oliveira, A. P. G. S. & Gomes, C.L. (2016). O desenvolvimento regional do turismo e do lazer: Concepções. In: *II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer*. 16º. Seminário "O Lazer em Debate". Anais. Belém: NAEA, ANPEL. ISBN: 978-85-7143-152-2
- Panosso Netto, A. & Nechar, M. C.(2016). *Turismo: Perspectiva crítica*. Textos resumidos.Triunfal Gráfica e Editora: Assis.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras.